AÇÃO URGENTE

ATIVISTA BALEADO E DETIDO ARBITRARIAMENTE

O ativista Serrote José de Oliveira, que no dia 28 de julho foi baleado numa perna por homens armados, que se crê estarem ligados ao Serviço de Investigação Criminal (SIC), quando realizava uma transmissão em direto, no primeiro dia de uma greve em Luanda, foi preso e já tinha estado em detenção arbitrária quando, no dia 1 de agosto, a sua família soube que ele se encontrava detido nas celas da cadeia do Serviço de Investigação Criminal, em Luanda. No mesmo dia, foi presente a um tribunal em Luanda, mas não foi acusado formalmente. A 6 de agosto, foi transferido para a Cadeia Central da comarca, sem o conhecimento dos seus advogados, e aí passou algumas horas antes de ser reconduzido às celas do SIC. O seu estado de saúde está a deteriorar-se, mas continua sem receber assistência médica para os ferimentos por arma de fogo que sofreu. A sua família continua sem autorização de acesso a Serrote. A Amnistia Internacional apela às autoridades angolanas para que lhe garantam acesso imediato a todos os cuidados médicos necessários e à sua família e, a não ser que seja acusado de um crime reconhecido como tal, o libertem imediatamente.

PARTICIPE NESTA AÇÃO: ENVIE UM APELO ESCRITO, PELAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS OU UTILIZANDO ESTE MODELO DE CARTA

Exmo. Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos
Marcy Cláudio Lopes
Casarão da Justiça, Rua 17 de Setembro
Gombota, Luanda, LU, Angola
Email: dndh.mjdh.angola@gmail.com

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Escrevo-lhe para expressar a minha profunda preocupação com as graves violações de direitos humanos já cometidas, e que continuam a ocorrer, contra ***Serrote José de Oliveira,*** *de 33 anos de idade, também conhecido como General Nila.*

Em 28 de julho, Serrote José de Oliveira, ativista e dirigente do movimento UNTRA (Unidade Nacional para a Total Revolução de Angola), filmava um vídeo em direto com outros ativistas durante o primeiro dia de uma manifestação contra o aumento do preço dos combustíveis em Luanda, capital de Angola. Homens que se crê estarem ligados ao Serviço de Investigação Criminal (SIC) aproximaram-se dele e do grupo com quem se encontrava e começaram a disparar contra eles, tendo alvejado Serrote José de Oliveira foi baleado na perna esquerda.

Ao contrário do que tinha sido comunicado oficialmente pelas autoridades, Serrote José de Oliveira não foi levado para um hospital geral, mas sim transferido para a esquadra do Comando Municipal de Talatona, onde foi interrogado por vários agentes da polícia. Permaneceu em detenção arbitrária até 1 de agosto, data em que a sua família soube que ele estava detido nas celas da cadeia do Serviço de Investigação Criminal. No dia 6 de agosto, foi transferido para a Cadeia Central da comarca, sem o conhecimento dos seus advogados, e passou aí algumas horas antes de ser enviado de volta para as celas do SIC. É profundamente preocupante que, desde que foi preso, em 28 de julho, Serrote José de Oliveira não tenha tido qualquer acesso a cuidados médicos adequados para os seus ferimentos de bala, apesar da deterioração do seu estado de saúde. Além disso, a sua família não tem tido qualquer acesso a ele. O seu advogado esteve com ele duas vezes entre 28 de julho e 1 de agosto, mas tem sentido dificuldades em o contactar desde então. Apesar de ser presente a tribunal em 1 de agosto, não foi ainda acusado de qualquer crime, desconhecendo-se portanto a base jurídica para a sua detenção arbitrária e continuada.

O baleamento de Serrote José de Oliveira, quando transmitia uma manifestação em direto nas redes sociais, a sua prisão arbitrária e a posterior falta de assistência médica adequada aos seus ferimentos, bem como a negação de acesso à sua família são todos violações extremamente graves da legislação nacional de Angola e das obrigações do país nos termos da legislação e normas regionais e internacionais em matéria de direitos humanos.

Apelo a V. Ex.ª para que tome todas as medidas necessárias para garantir a libertação imediata de Serrote José de Oliveira. Enquanto aguarda a sua libertação, deve ser-lhe imediatamente facultado acesso a todos os cuidados médicos necessários, bem como à sua família.

Atentamente,

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Grupos da sociedade civil em Angola apelaram para manifestações a nível nacional, a partir de 12 de julho de 2025, em resposta à decisão do governo de aumentar o preço dos combustíveis. Estas manifestações refletiam a frustração generalizada com o aumento do custo de vida e as crescentes pressões económicas enfrentadas pela população em Angola. No primeiro dia das manifestações, a polícia reprimiu os manifestantes, com recurso a força desnecessária e excessiva, e prendeu pelo menos 12 pessoas em Luanda.

No dia 19 de julho, o ativista Osvaldo Kaholol, de 36 anos de idade, foi preso horas antes de outra manifestação planeada em Luanda, acusado de incitamento à violência por alegadamente ter participado numa transmissão em direto, na qual mobilizava as pessoas para protestarem. Ficou inicialmente detido mais de 24 horas sem ter acesso ao seu advogado ou familiares. Estes relataram mais tarde que ele foi transferido para a prisão de Calomboloca sem qualquer notificação oficial à sua família ou representantes legais. A família só foi informada cinco dias após a transferência. Durante oito dias consecutivos, Osvaldo foi obrigado a usar a mesma roupa. Está em greve de fome desde 22 de julho, em protesto contra a recusa das autoridades em permitir que a sua família lhe entregue alimentos.

Na sequência desta onda de mobilização, a Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA) apelou para uma paralisação de três dias a partir de 28 de julho, também em protesto contra o aumento do preço dos combustíveis. O aumento levou a uma subida de 50% nos bilhetes dos minitáxis, afetando seriamente os passageiros pendulares, que dependem diariamente deste tipo de transporte público. Foram relatados violentos confrontos com a polícia, atos de vandalismo e pilhagens em diversos pontos de Luanda. A 31 de julho, o ministro do Interior, Manuel Homem, comunicou a prisão de 1 214 pessoas, 29 mortos e mais de 200 feridos nos três dias de greve.

Apesar da dimensão das manifestações, o governo angolano não respondeu publicamente aos apelos da sociedade civil e dos partidos da oposição para um diálogo ou revisão da política de preços dos combustíveis. Esta não é a primeira vez que a alteração dos preços dos combustíveis desencadeia manifestações letais em Angola. O mais recente relatório da Amnistia Internacional sobre Angola documentou que os chamados "protestos do Huambo", em 5 de junho, levaram à morte de cinco pessoas, incluindo um rapaz de 12 anos que regressava da escola para casa.

LÍNGUA PREFERIDA PARA O DESTINATÁRIO: Português, Inglês
Pode também escrever na sua própria língua.

POR FAVOR ENVIE OS APELOS O MAIS RAPIDAMENTE POSSÍVEL, ATÉ: 8 de fevereiro de 2026
Por favor verifique junto do escritório da Amnistia Internacional do seu país caso queira enviar apelos após a data acima indicada.

NOME E PRONOME A UTILIZAR: Serrote José de Oliveira (Ele)

LINK PARA A AU ANTERIOR: https://www.amnesty.org/en/documents/afr12/0163/2025/en/